

Compromisso democrático

JORNAL DA TARDE

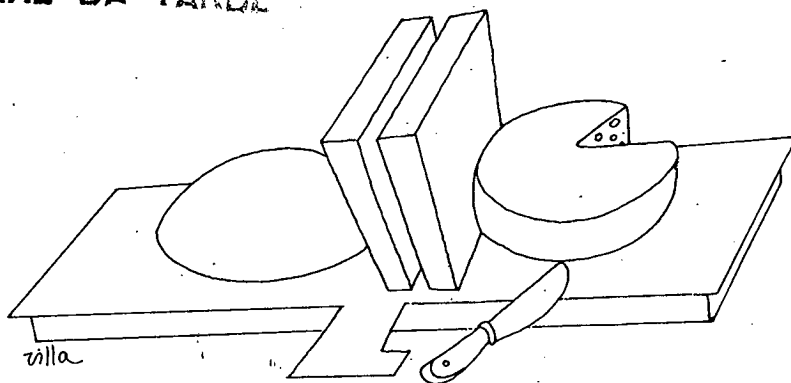
VICENTE BARRETTO

22 DEZ 1994

O discurso do presidente eleito Fernando Henrique Cardoso ao despedir-se do Senado Federal constitui um texto digno de reflexão, tanto pelo eleitorado, quanto principalmente pelos parlamentares, que irão pelos próximos quatro anos governar, junto com ele, o Brasil. Quando os cientistas políticos e os comentaristas começam a indagar-se sobre as condições de governabilidade do futuro governo, talvez seja oportuno e necessário recordar os fundamentos democráticos do novo governo. E foi, precisamente, isto que fez o presidente Fernando Henrique em seu discurso de despedida.

Em primeiro lugar, o presidente teve a coragem de colocar o dedo na ferida, ao identificar o principal entrave ao desenvolvimento do País. O legado da Era Vargas — desenvolvimento autárquico e intervencionismo estatal — representou o fator preponderante de corrupção e criador de obstáculos ao progresso social. Esse legado teve conseqüências dasatrosas na primeira tentativa de democratização, a do regime da Constituição de 1946, e, atualmente, continua a ameaçar, embutido no texto constitucional de 1988, o futuro do País.

A Constituição de 1988 necessita, assim, ser depurada desse legado, a que se referiu o presidente Fernando Henrique, naquilo que impede a realização de um estado democrático de direito. Apesar de ser criticada de forma geral, a Constituição "Cidadã" de Ulysses Guimarães representou uma conquista e um avanço em muitas questões, tanto institucionais, como sociais. Trouxe, entretanto, consigo um detalhismo normativo, que, na feliz expressão do presiden-



FHC COLOCOU O DEDO
NA FERIDA, AO IDENTIFICAR O PRINCIPAL
ENTRAVE AO DESENVOLVIMENTO - O
LEGADO DA ERA VARGAS.

te eleito, "teve o efeito indesejado de despolitizar questões e tribunalizar decisões".

O nó górdio do problema político brasileiro reside, talvez, na falta de política, vale dizer do debate na sociedade e no Congresso, bem como no controle democrático do Estado. O sinal dado pelo eleitorado nas duas eleições presidenciais foi o de que repudia o legado de Vargas, mas que pretende ter um Estado moderno, caracterizado por seu papel regulador e por ser um instrumento de políticas públicas democráticas, ou seja, comprometidas em corrigir as profundas desigualdades sociais existentes no País.

Nesse sentido é que a Constituição de 1988 pretende estabelecer um estado democrático de direito, que se diferencia fundamentalmente do estado liberal tradicional, exatamente em virtude do seu compromisso em democratizar o exercício do poder e o acesso aos benefícios da sociedade moderna. A moderni-

zação do Estado brasileiro supõe, portanto, dois tipos de reformas concomitantes e complementares: a reforma econômica e administrativa, e a reforma política. A primeira tem a ver com a definição da democracia econômica e social, que nas palavras de Fernando Henrique Cardoso deve estar voltada para os problemas das "maiorias menos organizadas ou inorganizadas". A segunda trata dos mecanismos institucionais que viabilizem essas reformas.

As reformas políticas é que irão servir de vitrine para a avaliação dos reais compromissos dos parlamentares eleitos com esse novo modelo de Estado. Extamente por serem em grande número representantes dos grupos, que em seu discurso de despedida no Senado o presidente eleito referiu-se como responsáveis pela "pilhagem dos interesses estratégicos, das 'conquististas sociais' exclusivistas, do corporativismo", e, portanto, as

causas últimas da distorção na distribuição de rendas.

A representação política ainda não começou a responder aos reclamos da sociedade. Eleitos para o exercício descontrolado do mandato pelo período de quatro anos, poucos parlamentares acham-se na obrigação de ouvir e prestar contas ao eleitorado. Muitos elegem-se para debater grandes idéias, como se o Congresso fosse um centro de tertúlia político-intelectual; são os parlamentares que afirmam a sua independência em relação aos problemas do eleitorado que o elegeu, considerando-os provincianos e fisiológicos. Outros, fazem da fisiologia a moeda de sua atuação parlamentar. Poucos, por falta de controle político, escudam-se no mandato parlamentar para fazer negócios e escapar das garras benevolentes da justiça. Restam aqueles que têm compromisso com as reivindicações do eleitorado, e que exercem o mandato fiéis às propostas com as quais foram eleitos.

Espera-se somente que o futuro Congresso compreenda que as reformas do Estado, a serem propostas pelo futuro governo, necessitam o acompanhamento de reformas no sistema político, onde criem-se condições para o funcionamento dos partidos políticos e, principalmente, para que por meio deles o mandato parlamentar seja valorizado e controlado pelo eleitorado.

O AUTOR

Vicente Barretto é professor nas universidades Gama Filho e Estado do Rio de Janeiro

